

## RESENHAS

Cláudio Luiz Zanotell

# CIDADES REBELDES. DO DIREITO À CIDADE À REVOLUÇÃO URBANA.

David Harvey

Martins Fontes, São Paulo, 2014 (versão original em inglês de 2012, editora Verso), 294p.

Nesse livro David Harvey retoma diversos aspectos de sua obra, nele desenvolve uma tese que já havia invocado em outros escritos de que a urbanização, e as cidades, tem sido ao longo dos anos o meio-chave para a absorção do capital e de trabalho durante toda a história do capitalismo, e também o lócus das crises, conflitos e resistências, lugar das rebeliões, revoluções e compromissos.

Para Harvey a urbanização exerce uma dinâmica muito particular no processo de acumulação do capital “devido aos longos períodos de trabalho e rotatividade e a longevidade da maior parte dos investimentos no ambiente construído” (Harvey, 2014). As cidades e os espaços urbanos têm uma especificidade geográfica única, convertem a produção do espaço e dos monopólios espaciais em uma participação intrínseca na dinâmica de acumulação do capital. Não somente em virtude dos fluxos de mercadorias no espaço, mas também por causa da natureza dos espaços e lugares criados onde têm lugar tais fluxos (Harvey, 2014).

Há nas cidades, indica Harvey, uma necessidade da combinação dos capitais financeiros e da intervenção estatal para assegurar tais investimentos. Aliviando, desse modo, os capitais sobrantes em busca de investimentos, mas, em assim fazendo, corre-se o risco de muito mais a frente e em escala ampliada reproduzir as próprias condições dessa sobre-acumulação (valorização, especulação e desvalorização dos ativos). Daí o caráter cíclico das inversões urbanas e em outros tipos de infraestruturas físicas (auto-estradas, vias férreas, grandes represas etc.) que precede ou acompanha desde o século XIX as sucessivas crises do capitalismo.

Porém, outras perspectivas, nos diz Harvey, podem se abrir com as “cidades rebeldes”, com as alternativas não capitalistas e não produtivistas inventadas nas cidades em busca do comum, do coletivo. Nesse sentido as heterotopias de Lefebvre são lugares outros da cidade opondo-se às isotopias, lugares do mesmo (e do controle), são os espaços da diferença, de outros possíveis na vida urbana, cria-se a possibilidade de ação coletiva, irrompe no real um outro possível. Mas, como indicava Lefebvre, qualquer momento revolucionário, rebelde e alternativo ao sistema capitalista é passageiro, se não se amplia se diluirá ou poderá ser recuperado, estancado, inevitavelmente (como em Paris em 1848, 1871 ou 1968 e 2013 no Brasil e em outras manifestações urbanas recentes nas cidades pelo mundo).

Nessa direção a reivindicação do “direito à cidade” e à “reforma urbana” que demandam uma “função social para a cidade”, levando em conta o direito do oprimido, em particular das grandes cidades, que se inscreve na tradição da teoria social-crítica, é uma etapa das lutas urbanas e cidadinas para questionar os fundamentos mesmos do sistema capitalista de acumulação perpétua.

Os bens coletivos, os bens comuns urbanos, tem seus interesses em um eterno choque com os interesses do capital que procuram capturar as criações coletivas e submeter a vida. Mas como realizar esse processo de maneira articulada e constituindo redes de oposições com as experiências existentes horizontais, não autoritárias, mas ao mesmo tempo limitadas por não haver centralidade das alternativas e movimentos que surgem nos últimos anos como contestação ao poder centralizado do Estado e ao capitalismo? Essa é uma das questões que coloca David Harvey no livro *Cidades Rebeldes*. Inúmeras possibilidades existem, mas muitas recuperações emergem de todas as ordens por meio dos fetichismos difusos do consumo e do esfumaçamento da origem da produção coletiva com a multiplicação das ficções bem concretas do capital.

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós  
Graduação em Geografia UFES  
Agosto-Dezembro, 2014  
ISSN 2175 -3709

## GEOFILOSOFIA E GEOPOLÍTICA EM MIL PLATÔS

Cláudio Luiz Zanotelli.

Edufes, Vitória, 2014, 213 p.

A escrita desse livro partiu do desejo de, por meio de uma obra, o volume dois do livro *Capitalismo e esquizofrenia: Mil platôs* dos autores franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, abordar certas temáticas de um ponto de vista inabitual. O livro *Mil platôs* constitui em si um evento, nele há vários livros, vários platôs, para usar a linguagem dos autores, realizando uma diagonal de campos de saberes diversos, em particular sobre o espaço social e construído, a Geografia, o Estado, a cidade e o capitalismo.

Há uma abordagem inovadora relativa à Geografia e ao espaço social e material. A Geografia, o descrever, desenhar e analisar o Geô (do grego antigo), a Terra, portanto, é aquilo que permite analisar as diferentes formações históricas a partir do inesperado, do devir, da criação, das relações de forças entre diferentes funções sociais e naturais, o que permite compreender as formas das cidades, dos Estados, de construir analogias do pensamento com o espaço social e o espaço habitado. Por isso em determinados períodos determinadas formas arquiteturais e morfologias emergem na cidade em relação imediata com as formas de poder, as formas do capitalismo e dos saberes. Na Geografia e no espaço social e material tudo se junta, os traços de construções do passado representando um determinado agenciamento social se justapõem à cidade fabricada hoje com outros agenciamentos. Do espaço concreto pode-se passar para o espaço social e para o espaço do pensamento, e vice-versa, confrontando topologias (virtuais) do pensamento à topografias do espaço.

No livro se desvelam os mecanismos de re-produção sociais e espaciais a partir dos sistemas de signos matérias e imateriais. Podemos ler a cidade, o Estado e o capitalismo como máquinas abstrato-concretas, associando natureza, sociedade e linguagem. Máquina abstrata onde as funções econômicas e sociais compõem um diagrama em perpétua mutação, um sistema generativo que realiza agenciamentos diferenciais entre a sociedade, a natureza e o Estado.

Essa máquina prática e conceitual é anti-dicotômica e anti-antagônica. Tanto os processos materiais como simbólicos se interpenetram. A sociedade é permeada de um lado pelas alternativas transformadoras generativas e, de outro lado, por axiomas que tentam capturar as criações, rebeliões e resistências instaurando uma verdade, uma ordem capitalista variada; mas linhas de fuga, pontos de saída e de transformação ressurgem incessantemente e nesses processos de lutas de poder se criam fragmentações de toda ordem.

O capitalismo nos tempos contemporâneos tenta se instaurar como uma axiomática de toda realização humana, procurando ordenar os fluxos de mercadoria, de trabalho, de riqueza e, em consequência, da cultura. Instaura-se assim um processo de expansão urbana fundado em fluxos muitas vezes determinados externamente à cidade que engendram valores subsumidos em quantidades abstratas que são o contraponto estrutural da cidade fragmentada, difusa e policêntrica, lugar de investimento e acumulação dos capitais

O capital abstrato e concreto constituído por meio da captura da riqueza produzida coletivamente se transforma em capital virtual (os derivativos e ações das bolsas de valores) e em direitos abstratos convertíveis garantidos pelos enunciados dos contratos sociais que instauram as Leis que atam os sujeitos, pois milagrosamente o capital por meio da captura do Estado realiza um tour de force mágico fazendo crer aos sujeitos que eles são parte constituinte dos contratos e que, portanto, se submetem a eles mesmos, pois o contrato ( a Lei, a Constituição) teria sido produto de sua escolha, assim escolhe aquilo que escolheram por ele acreditando ter sido ele que o escolheu.

Portanto, o Sujeito supostamente soberano por meio da lei, do contrato e da mágica se autolimitará, fará do discurso soberano sua verdade, culpabilizar-se-á e acreditará ser ele mesmo que produz aquilo que, em realidade, o produz: servidão voluntária?! Mas essa expressão é insuficiente, como a captura mágica. Tais expressões têm o mérito de sublinhar o aparente “mistério” de algo que é sistêmico, mas não determinista, a dominação social.

## GEOGRAFIA DO CRIME E ARQUITETURA DO MEDO. UMA ANÁLISE DIALÉTICA DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E DAS INSTÂNCIAS URBANAS.

Pablo Silva Lira.

Gráfica e Editora GSA, Vitória, 2014, 186 p.

O livro de Pablo Silva Lira trás uma perspectiva particular e original de um estudo pormenorizado do município de Vitória. Num primeiro momento mapeando um conjunto de indicadores relativos aos crimes violentos contra a pessoa, crimes contra o patrimônio e um mapa de concentração dos crimes relativos a tráficos de drogas ilícitas, concentração de crimes de armas e munições em Vitória. Em seguida realizou um mapeamento da distribuição da população por faixa etária, da distribuição nos bairros das taxas de analfabetismo, do nível de instrução, da repartição das escolas particulares, renda média das famílias e distribuição de equipamentos e serviços diversos. Demonstrando uma concentração de determinados delitos e crimes em áreas mais destituídas de serviços, equipamentos, com rendas e nível educacionais inferiores à média.

Mas, Pablo Lira, também acrescentou a esse quadro uma análise original e fértil da cultura do medo provocada, entre outros, pela mídia, e pela ineficiência na prevenção e punição dos delitos por parte do sistema judiciário e de segurança. Lira demonstra o desdobramento concreto da criminalidade real e do medo produzido socialmente na conformação dos mercados imobiliários, das formas e dos conteúdos das residências gradeadas e no exponencial aumento da segurança privada. Demonstra como que há um “resgate de elementos arquiteturais medievais e/ou prisionais” nos prédios e casas da cidade de Vitória, com torres de vigília, altos muros, cercas elétricas, arames farpados, grades em todos os lugares etc. Desvela o avanço dos espaços privados sobre os espaços públicos e a conformação daquilo que Soja chamou de arquipélago carcerário à propósito de Los Angeles e das segregações socioespaciais.

O livro de Pablo retrata, então, uma sociedade que tem medo, medo que é produzido socialmente, medo que busca justificar uma vigilância acentuada e uma redução do espaço público e que está na raiz da ágorofobia, medo da ágora, do espaço público, medo da polis, a *fobópolis*, como o nomeou Marcelo Lopes de Souza.

Por tudo o que foi descrito esse livro merece de ser lido e ser refletido por todos aqueles interessados em compreender a construção contemporânea de nossas cidades, suas estruturas, processos, formas e funções e o “admirável mundo novo”, para não dizer o contrário, que estamos produzindo na indiferença a mais total.